

## Octavio Gouvêa de Bulhões e Celso Furtado: um debate sobre o desenvolvimento brasileiro

Fausto Saretta

UNESP Departamento de Economia Araraquara

fsaretta@fclar.unesp.br

### Resumo

O texto visa comparar as visões sobre o desenvolvimento econômico brasileiro de Octavio Gouvêa de Bulhões e Celso Furtado no início da década de 1950. Estes anos trazem um debate dos mais instigantes e proveitosos sobre a forma de pensar, e de propor soluções para o desafiador processo de crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. Desde o final da II Guerra se aprofundam e ganham cada vez mais consistência, tanto política quanto teórica, as questões atinentes aos caminhos e opções para o necessário desenvolvimento da economia nacional. Neste sentido se imbricam a formação de órgãos públicos e privados de diferentes concepções e abordagens sobre a economia brasileira, como a SUMOC, o IBRE da FGV, o BNDE. Ademais, registre-se a crescente aceitação tanto no meio político quanto empresarial das propostas originárias da CEPAL e seu diagnóstico abrangente do subdesenvolvimento e das formas de superá-lo. O confronto das ideias entre Bulhões e Furtado nas páginas da *Revista do Conselho Nacional de Economia*, dois homens públicos e intelectuais da maior relevância na vida brasileira é um ponto importante e contribui para o entendimento dos rumos do desenvolvimento brasileiro.

### Abstract

The text is a view of the debate between Octavio Gouvêa de Bulhões and Celso Furtado about the Brazilian development in the beginning of '50. This is one interesting and profitable discussion about the way and thinking and solutions to the process of development. Since the end of II WW, this kind of question. became very important to give options to the growth of national income. In this purpose there is a formation of public and private organizations from de diverse conceptions about the economy, like SUMOC , BNDE and IBRE .It shows also the growing acceptation of CEPAL's diagnoses about underdevelopment and the way to solve it The discussion between Bulhões e Furtado in the magazine *Revista do Conselho Nacional de Economia* is a very important and contribute to understand the Brazilian development

Palavras - chave: Desenvolvimento econômico, Celso Furtado, Octavio Gouvêa de Bulhões .

### Introdução

Octávio Gouvêa de Bulhões (1906 – 1990) e Celso Furtado (1920 – 2004) foram personagens dos mais importantes na sociedade e economia brasileiras na segunda metade do século XX. Seja no debate sobre os rumos do desafiador processo de crescimento e desenvolvimento, quando expuseram suas diferentes concepções sobre os caminhos para este processo, seja como importantes homens públicos que atuaram na condução dos rumos da economia brasileira, Bulhões e Furtado certamente fazem parte do seleto grupo de servidores do Estado que agindo na condução da economia brasileira ajudaram a moldar os rumos que seguiu a economia nacional

Convém recordar que ambos foram ministros da Fazenda e do Planejamento respectivamente e como tal enfrentaram desafios e turbulências ,políticas e econômicas ,notadamente nos anos de 1960.No entanto se tantas outras questões os aproximam,há também interessantes divergências entre estas duas figuras centrais na vida brasileira do século passado.Ambos tiveram importantes cargos e não menos significativo foi o papel que desempenharam na criação e consolidação de instituições das mais relevantes para a administração pública

Uma análise mais cuidadosa de Bulhões e Furtado, tanto no que se refere as suas concepções como a efetiva atuação que tiveram na condução da economia brasileira, revela diferenças interessantes que podem, como já se observou acima, ser uma boa referência para o estudo e compreensão da economia nacional na segunda metade do século XX, ou seja, a classificação do que poder-se-ia chamar de pensamento econômico brasileiro, em torno do desenvolvimento nacional, que tanta importância teve para alavancar e dar um certo perfil de política econômica para sancionar este processo.

Bielschowsky (1988) ao tratar das diferentes concepções que se bateram em torno das vias para acelerar o processo de expansão econômica nacional, coloca Bulhões e Furtado em campos opostos, grosso modo, pelas opiniões divergentes frente ao papel do Estado na economia e ao papel reservado ao capital estrangeiro neste processo. A diferenciação brevemente anunciada exige maiores qualificações, até porque é importante para localizar o debate que aqui se pretende estudar.

Uma breve descrição das diferentes concepções de desenvolvimento classifica Bulhões como aquilo que aqui se chamou neo-liberal. Esta corrente - lembra Bielschowsky - juntamente com a de Celso Furtado (desenvolvimentista nacionalista), foram as mais importantes no debate sobre o pensamento econômico nacional. Desta forma, de maneira resumida, observam-se três princípios básicos que norteariam o chamado neo-liberalismo de Octávio Bulhões: a) dever-se-ia reduzir a presença do Estado na economia, b) buscar-se-ia permanentemente o equilíbrio monetário e financeiro sem grandes considerações sobre o emprego e a renda, c) não seriam medidas de apoio ao crescimento industrial por parte do Estado.

Na história das idéias econômicas no Brasil o grupo que professou com mais consistência este ideário é composto de figuras das mais relevantes no debate intelectual brasileiro. Talvez mais importante que Gouvêa de Bulhões tenha sido Eugênio Gudín, economista de maior expressão, justamente por aliar ao conhecimento da Economia uma vigorosa defesa do que imprecisamente denominar-se-ia liberalismo econômico brasileiro. Brevemente, convém lembrar a importância da célebre polêmica de Gudín com Roberto Simonsen na década de 1940 sobre os melhores caminhos para o desenvolvimento nacional polêmica esta que norteou o debate brasileiro dos anos posteriores.

Como observado acima, Furtado perfilou e foi um dos mais significativos quadros do chamado desenvolvimentismo nacionalista. O ideário-chave desta corrente, ainda segundo Bielschowsky (pp. 152-153) estaria na presença fundamental do Estado no domínio econômico, sobretudo nos setores básicos e, não menos importante, com o planejamento tendo um papel central para o desenvolvimento. Assim, Furtado dentre importantes pensadores desta corrente, que defendia o aprofundamento da industrialização, seria seu melhor representante, até porque coube a ele a apresentação da técnica de planejamento para disciplinar adequadamente este processo. Por certo coube mesmo a Furtado a proeminência intelectual desta corrente, que na melhor tradição da então nascente CEPAL, entendia que o conjunto da política econômica deveria se submeter, mais do que à estabilidade monetária e financeira, ao processo de desenvolvimento, via crescimento orientado do produto industrial.

Esta breve descrição das correntes de pensamento econômico em debate está longe de esgotar o variado e mesmo sofisticado conjunto de interesses em pugna. Como se sabe, na década de 1950, na primeira metade, quando acontece o breve debate que aqui se analisará, assiste-se a um confronto de idéias e concepções dos mais estimulantes sobre os caminhos para o desenvolvimento da economia brasileira. Em *A Fantasia Organizada*, obra publicada em 1985, o próprio Furtado traça um quadro destes embates de opiniões que de forma consistente empenhavam-se em pensar o futuro econômico do País.

Nas linhas seguintes tentar-se-á analisar um breve evento, uma rápida polêmica dentro deste amplo quadro de grandes discussões.

### **A polêmica Bulhões Furtado**

Celso Furtado relata em *A Fantasia* os eventos que antecederam a sua polêmica com Bulhões. Anota à página 158: “Foi num clima de tensão política e sob fogo cerrado na frente ideológica que a Técnica de Planificação (apresentada sob o título defensivo de Estudo Preliminar sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico) foi apresentada à Conferência de maio de 1953 realizada no Quitandinha.” Vale atentar ao que Furtado escreveu sobre os eventos e particularmente sobre o impacto que o Estudo Preliminar provocou. As críticas mais contundentes segundo suas observações partiram justamente dos economistas ou pensadores mais representativos do que aqui se chamou de corrente neo-liberal, ou seja, Gudin e posteriormente Bulhões. O primeiro, em artigo publicado no jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, entre tantas críticas à idéia do planejamento observava “a função social dos economistas não é fabricar modelos para o progresso econômico do país”. Raul Prebisch, que apresentara a palestra do Hotel Quitandinha polemizou nos jornais e daí gerou as respostas de Bulhões e o confronto com Furtado.

A polêmica que se inicia com a publicação do longo artigo de Octávio Bulhões no *Jornal do Comércio* de 24 de maio de 1953 foi transcrita na *Revista do Conselho Nacional de Economia*, assim

como a réplica de Furtado e a tréplica final de Bulhões. Vale registrar que sob o título “Estudos Sobre a Programação do Desenvolvimento Econômico”, um pequeno editorial faz saber que “Não há no momento tema que empolgue mais os economistas latino-americanos, do que o do crescimento da economia dos países chamados sub-desenvolvidos...” e advertia que as divergências entre as teses expostas e defendidas “com brilho pelos dois ilustres economistas ... são apenas no campo metodológico e não doutrinário.”

Ao fazer um resumo dos principais fundamentos do documento de Prebisch, que apoiaria a necessidade da programação econômica, Bulhões destaca grifando “a fixação a priori do progresso é o cerne da programação da CEPAL. E segue nos demais itens anotando os termos do documento, “as metas de crescimento devem ter um programa para que o país alcance um determinado nível de produção e consumo em certo número de anos” Para a CEPAL, a experiência da América Latina informaria que para cada 1% de aumento da renda nacional, dever-se-ia aumentar o investimento em 2,5%. Esta seria uma projeção global seguida de projeções complementares sobre os demais setores da economia.

Ao focar os pontos que considera mais importantes no documento, observa “que os países menos desenvolvidos caracterizam –se pela abundância de braços nas atividades primárias ou seja (os países latino americanos) têm um problema de transferência da agricultura para a indústria, comércio, transportes e serviços.” Assim, a argumentação cepalina segue justificando a necessidade de elaborar um programa conjunto para absorver esta mão de obra nas atividades urbanas e, não menos importante, criar condições para o próprio setor primário aumentar sua produtividade.

Bulhões chama a devida atenção à afirmação que 2,5% de crescimento de renda **per capita** pode ser considerado satisfatório e estaria bem acima daquele verificado nos Estados Unidos da América, no período de 1869-1952, 2,1%. A informação entretanto, traz uma observação das mais relevantes pois destaca um aspecto qualitativo decisivo, qual seja, na América do Norte, o desenvolvimento estaria baseado no progresso tecnológico, nas inovações na acumulação de capital, e enquanto nós aqui cresceríamos através de “um processo de assimilação e adaptação” Ou seja, segundo a CEPAL deve-se levar devidamente em conta a perspectiva histórica ao se tratar da questão do desenvolvimento econômico. Esta adaptação, ou este processo de adaptação apresentaria dois aspectos importantes; as formas de consumo se propagariam rapidamente dos países ricos para os não tão ricos, diferentemente das formas de produção, que teriam um ritmo menos acelerado de avanço. Desta forma “propõe-se acelerar o crescimento”, vale dizer “aproximar-se com maior rapidez do nível de renda dos países mais desenvolvidos.”

Finalizando as transcrições do que considera os pontos mais importantes do documento da CEPAL Bulhões grifa que a proposta é “fixar a soma e a distribuição dos investimentos necessários à obtenção de determinado ritmo de crescimento da renda nacional.”

A crítica primeira feita aos termos do documento, às propostas contidas, parte da ideia de que se desconsidera o que poderíamos chamar de “livre iniciativa”, “a existência de ânimo de progresso entre os produtores” e portanto, um processo exógeno de desenvolvimento. Há a interpretação de que a reprodução nos países da América Latina dos padrões de consumo das nações de renda mais elevada, significaria que estaríamos nós, latino americanos, vivendo sistemas econômicos tendentes à estagnação. A partir deste ponto de vista há o entendimento da necessidade de um programa de investimento, sem que se mencione que a aceleração da economia deva ser feita de forma equilibrada.

Assiste-se nos primeiros anos da década de 1950 a um debate dos mais significativos sobre a questão do desenvolvimento econômico. A Fundação Getúlio Vargas promove a vinda de pensadores econômicos dos mais importantes para debater no Brasil temas relacionados a este novo tema das pesquisas econômicas. Na argumentação crítica que desenvolve frente às propostas da CEPAL Octavio Bulhões se vale das idéias de Ragnar Nurske, que participara de conferência na Fundação, nos termos de “conexão circular, economias que detinham pequeno mercado que não constituiria um incentivo à expansão, ao aumento do capital, por seu consumo restrito, que por sua vez não incentivaria a utilização de mais capital, ou em outras palavras, da expansão do investimento. Assim, o chamado “círculo vicioso da pobreza que expressa o próprio subdesenvolvimento, para a sua correta compreensão necessitaria de uma teoria do desenvolvimento.

Para a saída do **equilíbrio estagnante** segundo Bulhões, Nurske teria se referido à teoria do desenvolvimento de Schumpeter, que como se sabe atribui papel ao empreendedor, ao empresário inovador, o empresário schumpeteriano, o motor do processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Assim estaria no espírito empreendedor, no ânimo de progresso dos produtores, a capacidade de levar a bom termo os investimentos, para o aumento da capacidade produtiva e da renda nacional. Recorrendo a história, Bulhões assinala que a evolução brasileira, a grande produção açucareira, a seu tempo, e o mais recente surto de expansão cafeeira a partir da segunda metade do século XIX, como exemplos de expansão via inovação. Desta forma, a essência do nosso desenvolvimento deveria estar, como a própria história demonstrou, apoiada no ideário de Schumpeter, na capacidade de inovação do nosso empresariado. Ademais reconhece que outros países, como o Japão tiveram um perfil de desenvolvimento diferente, posto que baseado na proeminência do Estado para romper com a estagnação, mas adverte que não é o caso do Brasil.

Acreditar em outro percurso para o desejável e necessário processo de crescimento da economia brasileira, na aceção de Bulhões seria negar a possibilidade de progresso endógeno no Brasil. Merece registro no artigo da *Revista do Conselho Nacional de Economia* que Octavio Bulhões aproveita para tecer considerações críticas a respeito das concepções de Roberto Campos sobre desenvolvimento econômico e as abordagens teóricas vigentes. Referindo-se à palestra proferida pelo Professor Campos na

Escola Naval que com a “[sua] inconfundível inteligência” negava as possibilidades de progresso endógeno no Brasil.

Roberto Campos e sua importância na vida brasileira da segunda metade do século XX, não podem ser tratados, justamente pelo seu grande significado, de forma ligeira e fragmentada. Apenas que se registre que as idéias exaradas na citada conferência discordam daquelas tão fortemente defendidas por Bulhões, quando aquele afirma da insuficiência da teoria de Schumpeter para propor caminhos no sentido de alcançar o desenvolvimento. Assim este não pode mais ser considerado um fenômeno essencialmente de produção, mas haveria que atentar também ao consumo, posto que as questões sociais, o bem estar das massas deve ser igualmente cotejado. Não menos importante é que o papel principal, ou como proposto “o herói da festa do desenvolvimento econômico não é mais o homem de empresa”, o empresário inovador. O dinamismo estaria agora nas mãos do imitador. Para aumentar ainda mais a discordância com Bulhões Roberto Campos propõe que na atualidade “...o grande investidor tende cada vez mais a ser o governo, encurtando a esfera de ação do capitalista privado.”

A insistência talvez indevida em considerar aquilo que Campos concebia como a nova teoria do desenvolvimento econômico na primeira metade da década de 1950 se deve tanto a sua já citada importância na história brasileira, bem como ao fato de que ambos, Bulhões e Campos trabalharam e atuaram como ministros, Fazenda e Planejamento respectivamente após 1964 professando basicamente as mesmas idéias sobre política econômica e lograram ao País um conjunto de reformas econômicas das mais significativas.

No texto em consideração, Bulhões se vale de dados sobre a diferença significativa dos investimentos públicos e privados, a favor destes ao longo dos anos de 1947 -1951. Assim “...existe arraigado e decidido ânimo de progresso por parte dos nossos produtores” e só não haveria maiores inversões nos serviços públicos porque os capitais privados foram enxotados, por incompreensão da política econômica. Discordando portanto de Roberto Campos afirma que “...o herói da peça continua a ser o investidor privado.

Fiel às suas concepções Bulhões critica a ineficiência dos serviços públicos que por estarem nas mãos do governo, ao fixar tarifas baixas para tais serviços diminuía a capacidade de financiamento das empresas públicas e impactava no sistema tributário. Adicionalmente mostrava sua discordância com as transferências tributárias das regiões mais pobres para às de maior desenvolvimento justamente por gerarem subsídios inaceitáveis. Voltando a tratar mais especificamente da questão do desenvolvimento recorre ao conceito marshalliano de economias externas para destacar o papel que teriam as empresas pública como irradiadoras destas economias para o restante do sistema econômico. Destaca que tais empresas não seriam apenas prestadoras de serviço mas capazes de gerar efeitos benéficos para o conjunto da economia.

Aprofundando a discussão sobre os caminhos e possibilidades do desenvolvimento brasileiro, Bulhões recorre mais uma vez a Alfred Marshall e às economias internas e externas as primeiras sendo originárias de modificações ocorridas no processo produtivo interno às empresas e as segundas gerando benefícios econômicos para a totalidade do sistema. A análise passa a considerar as economias externas que seriam obtidas a partir de certa dimensão do mercado consumidor para que fosse possível interferir e romper a conexão circular da pobreza como proposto por Nurske, isto porque o aumento do mercado levaria a expansão, a investimentos simultâneos em outras atividades, justamente incentivados por esta expansão. .

Tomando como exemplo o Brasil vemos que seu desenvolvimento, apresenta o crescimento dos índices de produção das indústrias mais antigas, tecidos, calçados, alimentos e bebidas e das “indústrias novas”, metais, papel e borracha para os anos de 1940 1945 e 1950, estes bem mais expressivos do aquele da já chamada indústria tradicional. Ambas apresentam crescimento, o que justificaria a interpretação de que o mercado, as condições de mercado exigiriam um encadeamento nos investimentos. Assim não haveria razão para um tipo de investimento, por exemplo, nas indústrias básicas preceder a de bens de consumo, Ou seja ...”É preciso haver, primeiro a produção e o consumo de tecidos para, depois, fazer-se sentir a necessidade de produção de máquinas de tecidos.” No entanto não toma tal afirmação como definitiva pois reconhece que a produção de aço,( que seria um bem superior) influiria na produção de gêneros alimentícios ao torná-los enlatáveis. Entretanto lembra que em todos os países a produção de bens de consumo tende anteceder a produção de bens de produção. Estas observações servem para concluir da improcedência ou em seus exatos termos, a secundária importância que teria para uma economia no estágio em que estávamos, as economias externas geradas a partir da ampliação do mercado.

Assim o caminho para o desenvolvimento seria o aumento da eficiência econômica, o que poderia ser viabilizado através da criação de “núcleos de irradiação de produtividade.” Estes núcleos que gerariam as próprias economias externas, seriam “os transportes prontos e regulares e a difusão da assistência técnica na indústria e, notadamente na agricultura.” –

A criação destes núcleos de produtividade, no caso a infra-estrutura, se deixada a cargo do governo como tem sido feito até agora seria em grande equívoco. Os recursos privados tem sido regular e sistematicamente preteridos pelos serviços públicos. O governo se vale de recursos tributários insuficientes para o financiamento da socialização de tais serviços gerando, portanto, pressões inflacionárias, restando aos particulares, ao setor privado, a expansão de suas economias internas ou em construções urbanas. Deve-se considerar, ademais, os perigos da intranquilidade social gerada pela escalada inflacionária.

Propõe então Bulhões um roteiro equilibrado para a expansão econômica. A sua argumentação implica em abrir espaço para a geração de economias externas pela inversão de capitais privados na

geração de economias externas, ou seja nas empresas de serviço público. A atratividade destas empresas para os capitais particulares tornar a lucratividade dos negócios em geral mais uniforme, diminuindo portanto os lucros extraordinários e aqueles originários meramente da valorização.

Assim todo arrazoado que foi desenvolvido estaria em dissonância ao proposto pela CEPAL. Uma interpretação que se segue as críticas de Bulhões à Comissão Econômica é aquela que há um equívoco grave ao propor, a aludida Comissão, que se tenha uma taxa de crescimento renda nacional a partir de investimentos em setores de menor densidade de capital –relação capital produto- e com maior elasticidade renda. Nesta forma de enxergar a lógica das inversões, deixar-se-ia à margem o principal norteador para o aumento da capacidade produtiva, qual seja, os preços relativos.

Desta forma pondera Bulhões na sua crítica, desdenha-se do fato que todos os setores são passíveis de crescimento, e que este deve ser orientado pela variação dos preços assim como pela produtividade. Ao enfatizar a relação renda- demanda se minimiza a principal relação para o crescimento econômico, a relação entre os preços..Para tanto recomenda uma certa atenção para como John Hicks estudou o célebre efeito preço ,o chamado efeito substituição de Hicks.

Há nesta parte do texto uma discussão mais conceitual ou teórica. Ainda na questão dos preços relativos Bulhões interpreta a diferença entre um simples crescimento da renda diferentemente daquela variação positiva oriunda da queda de preços e de seu impacto na renda real e, daí no consumo, para reiterar a superioridade do sistema de preços como referência para os investimentos. Assim afirma textualmente Octavio Bulhões “O que desejamos, pois, frisar é que num regime de progresso espontâneo a relação de preços é a base essencial de realização do investimento, enquanto que no regime de planejamento a relação de preços resulta dos investimentos projetados.” E conclui que os preços relativos ficando em segundo plano há necessariamente um descuido com as questões monetárias; Para que tal seja viável, colocar em segundo plano tal descuido, ou desconsiderar suas repercussões monetárias a poupança *ex ante* deveria coincidir com o investimento *ex ante*, para Bulhões uma situação de economia totalitária

Condizente a preocupação com as repercussões monetárias Bulhões aponta outra fragilidade contida na proposta cepalina, ou seja, a ausência de menção a origem dos recursos para formação de capital, a poupança Desconsiderar a soma de recurso,s que financiará os investimentos. Só seria possível em regime de planificação total, Se não for o caso a programação da CEPAL na passa de inflação explosiva. No final do seu artigo Octavio Gouvêa de Bulhões afirma não ser tão complicado o problema do desenvolvimento econômico, sobretudo no Brasil, onde haveria um ânimo de progresso, surtos de progresso espontâneo e uma busca constante da população por melhorias na condição de vida.

Às ideias que se buscou salientar no texto do Professor Bulhões, Celso Furtado replica na mesma revista e defende com vigor as propostas da CEPAL. Argumentando inicialmente que a Comissão, já havia cinco anos, vinha estudando a questão do desenvolvimento econômico, primeiro do ponto de vista



histórico, seguida da compreensão dos fatores que impediriam este processo e imporiam o atraso relativo dos países latino americanos para finalmente, sugerir as formas de superá-lo como o **Estudo Preliminar sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico** agora propugnava. “A ideia básica do trabalho da CEPAL é que para atuar sobre o conjunto dos investimentos é preciso dispor de uma escala de prioridades”. Para Furtado, a preocupação de Bulhões quando aceitava algum planejamento para a economia, era que este não comprometesse a estabilidade de preços, ”não transformasse o multiplicador renda em mero multiplicador de transferência de renda” vale dizer,, não criasse inflação

Assim para se desenvolver sem comprometer o equilíbrio monetário, haveria então de se ter algum planejamento, que seria a criação dos núcleos de irradiação de produtividade, em poucas palavras, a infraestrutura.. Para tanto, observa Furtado, os núcleos que irradiariam produtividade, as economias externas, deveriam ser secundados pelo Governo na construção de estradas, laboratórios, etc. Segue na argumentação acerca de como fazer tais obras sem contar com a iniciativa privada, ou melhor, sem retirar-lhe recursos, o que repercutiria na oferta de bens e serviços, sem que necessariamente a demanda se modificasse em igual magnitude Em outras palavras, como evitar um desequilíbrio inflacionário?

Por esta razão mesma adverte Furtado é que se justificaria pensar no processo de formação de capital para viabilizar os chamados “núcleos de irradiação” e, para tanto, “este processo é que constitui o núcleo central do estudo da CEPAL”. Assim se faria um hipóteses sobre o crescimento da renda sua respectiva distribuição e, a partir daí os efeitos sobre a estrutura e o montante do consumo. Agindo desta forma poderia se saber de quanto deveria crescer a capacidade produtiva, os investimentos para atender este padrão de consumo. Nas palavras do próprio Celso Furtado “Esse modelo dinâmico desenvolvimento equilibrado, é que servira de base para a orientação dos investimentos privados para a suplementação destes pelos investimentos públicos.

Celso Furtado anota que tais procedimentos são indispensáveis para se entender o processo econômico e portanto não se coadunariam com as observações de Bulhões que tais procedimentos poderiam ser interpretados como expressão da falta de espírito empresarial, ou nos termos propostos, destituída de “ânimo próprio”.Assim careceria de maior significado a negação pela CEPAL de espírito empresarial e, maior evidência deste fato estaria no marcante processo que o País apresentara nos anos recente e das tensões inerentes a este processo.s

Aprofundando a discussão, é preciso ir além da espontaneidade e analisar os estímulos oriundos, por exemplo, da política econômica, como a taxa de câmbio valorizada e sua relação com a expansão dos investimentos no setor industrial a e transferência de renda das exportações para o setor não exportador, que certamente foi levado em conta no ânimo empresarial. Outro exemplo citado da importância das condições externas é do acentuado aumento do preço do café de 1949. Tais fatores certamente influenciaram as decisões empresariais.

Neste ponto do documento há ao mesmo tempo um tom mais crítico e uma sofisticação na réplica a Bulhões. Afirmando que a análise econômica não deve se basear em princípios de fé, deixa claro que não se deve crer apenas no progresso espontâneo “É indispensável conhecer os mecanismos do mesmo, se pretendemos orientá-lo e, quando necessário acelerá-lo. Volta-se então Furtado a discutir a proeminência que é dada por Bulhões ao sistema de preços relativos como indutor do investimento. O efeito indutor seria então advindo “pela perspectiva do preço de uma mercadoria relativamente aos preços das demais[a], aliada à perspectiva da variação de produtividade da mercadoria considerada.[b]

Discuti-se longamente a inconsistência desta afirmação. Furtado toma a afirmação como sendo considerar tanto [a] como [b] como variáveis independentes. Tomando constante b, investir-se-á naquela mercadoria que tiver seu preço aumentado. Assim sendo, isto poderá resultar em baixa relativa de outras mercadorias; os diferentes produtores, aqueles que tem a oferta mais elástica, defenderão melhor seus preços relativos a custo de maior desemprego. Outra possibilidade seria a que o preço desta mercadoria subisse mais que a inflação. Para Furtado, isto levaria a duas possibilidades 1) o empresário terá razões para antecipar um aumento nos custos relativos daquela mercadoria, do qual resultará uma elevação relativa dos preços, o que relativiza em muito a variação de preço como estimulador do investimento, pois esta variação não necessariamente trará aumento da lucratividade. De outra forma 2) prevendo o empresário uma elevação geral da renda, o que levaria a um aumento da renda real, e, sabendo que o produto teria elasticidade renda maior que a unidade e menor que um frente a oferta, o produtor antecipará um aumento do preço do produto com custos constantes. Ora diria Celso Furtado, o investimento seria decorrência não da variação de preço, mas sim da variação de renda, o efeito renda.

Na sequência da sua argumentação criticando o que chama de função investimento, tal como proposta por Bulhões faz constante a) o nível de preços e deixa variar b) modificações relativas de produtividade. Para preços constantes havendo possibilidade de reduzir os custos haveria inversão na produção deste produto. Não necessariamente propõe Furtado: os custos podem ser reduzidos apenas por ampliação na escala da produção e, esta nem sempre é a mais lucrativa e arremata “Desde o momento em que nosso empresário inverta num determinado setor porque conseguiu reduzir os custos, ele estaria modificando as condições que se formam os preços, e neste caso os preços relativos não podem ser tomados como constante.

Desta forma a função consumo tal como entendida por Bulhões trataria na verdade da teoria do “lucro extraordinário”, oriunda de Schumpeter, o lucro como resultado de uma imperfeição de mercado, originário de um empresário inovador. Em outras palavras, o lucro acima do custo marginal, ou seja, o lucro extraordinário. A crítica a Bulhões e a acentuada importância que este atribui aos preços relativos com guia para o investimento segue com Furtado argüindo que não se descarta do efeito preço. Apenas

que não se pode nenhuma previsão dos preços, sem que se conheça ou se preveja a demanda e oferta. “A chave para este estudo da demanda estaria no efeito renda.

A discussão, como se vê, é qualificada, e a defesa da CEPAL e do seu instrumental, é feita de forma consistente. Observa Furtado, ademais, que no documento tão criticado faz-se uso dos princípios que a procura de bens de consumo é uma função das variações do nível de renda disponível para consumo. “Isto de nenhuma forma exclui que as elasticidades preço e de substituição sejam desprezadas” E segue argumentando “esses preços não foram focalizados porque no trabalho referido não se chega a discutir os instrumentos que se deveriam utilizar para orientar adequadamente os investimentos.”

No final de seu artigo Furtado põe em xeque as críticas de Bulhões de que o planejamento tal como proposto teria características contrárias a um regime liberal, sendo portanto próprio de regimes totalitários. Compreensivelmente não se alonga tanto neste ponto. Registra de forma mais cuidadosa a importância de se estimar a “função consumo”, daí a poupança e a respectiva propensão a poupar, tudo isto feito a partir de grupos de bens de consumo. Esta argumentação é para provar como na proposta cepalina se usam os instrumentos corriqueiros sem nenhum aspecto de uma “economia totalitária”.

Assim, não haveria porque temer pressões inflacionárias a partir do uso dos instrumentos de programação. Ademais, há tensões inflacionárias, observa Celso Furtado, em economias que não dispõem de qualquer plano. A idéia de Bulhões que haveria inflação pela orientação cepalina, de um lado fazer investimentos com diminuta aplicação de capital, e de outro, na produção de artigos de elevada procura, segundo Furtado, não passa de uma compreensão equivocada. “O critério básico da orientação dos investimentos que está no espírito e na letra do texto é o da produtividade marginal social. Qualquer critério secundário deve estar subordinado a este.”

Para finalizar sua argumentação, Furtado reconhece “... que existe uma tendência do crítico para pensar em termos monetários problemas que no estudo da CEPAL estão explicitamente formulados em termos reais.”.

Octávio Bulhões replicou as críticas de Furtado. Em um texto curto interpreta as críticas recebidas dentro, pode se dizer, do mesmo espírito. ou com mesmos argumentos anteriormente expostos. . A atividade econômica seria, doravante as propostas de CEPAL, incrementada a partir da fixação de um coeficiente de crescimento da renda nacional. Ora argumenta, há que se economizar (poupar) para se levar a bom termo o coeficiente de crescimento pretendido. Para tanto o governo deveria fixar o montante a se poupado o que, desde logo, excluiria a iniciativa particular. A discussão que segue bate de uma maneira ou de outra na mesma tecla, qual seja da exclusão dos capitais privados, da iniciativa dos particulares. como dizia Bulhões do processo de crescimento e desenvolvimento econômicos.

Uma rápida análise dos termos do tema mais importantes que passam ao longo deste debate mostra uma visão dos problemas econômicos que se diferencia pelo alcance que os debatedores dão à economia, particularmente ao crescimento e desenvolvimento econômicos e pelas diferenças de abordagem. Octavio Gouvêa de Bulhões no testemunho de Mário Henrique Simonsen, publicado na revista Conjuntura Econômica de novembro de 2006, edição que comemorava o centenário do Professor, considerava-o um economista de muita criatividade e que “compreendia a Teoria Econômica como um conjunto de princípios a serviço da política econômica, e não um conjunto de explorações intelectuais desenvolvidas por acadêmicos para ser discutidos por outros acadêmicos.” Deve se destacar ainda, que em anos distante do debate aqui relatado, a sua percepção dos efeitos da correção monetária quando de efeitos de um choque de oferta, e não como mero corretor da inflação monetária. Diz Simonsen que esta percepção orientou a formulação dos modelos e dominou a literatura sobre indexação nos anos de 1980, sem que lhe fosse dado o devido crédito. Bulhões certamente desafiou a máxima usada por alguns economistas, qual seja, que as informações ou interpretações não forem postas em modelo, ou não forem passíveis de modelagem não se constituem em economia., a despeito da eventual consistência que apresentem. Na verdade na aparente simplicidade de sua argumentação havia uma aguda percepção da realidade econômica que o cercava e, não menos importante, um compromisso permanente na defesa do interesse público, .

Contraposto a Octavio Bulhões, Celso Furtado não apresentaria esta visão mais objetiva da política econômica. Pelo debate que se tentou analisar acima parece dominar mais a teoria econômica e ter uma posição mais doutrinária na exposição de seus argumentos, que evidentemente são por demais consistentes. Quando trata das questões do subdesenvolvimento o faz lembrando a sugestão que lhe foi dada por Raul Prebisch, de criticar o “selo de universalidade da teoria econômica”

A CEPAL, as suas sugestões de intervenção estatal e planejamento para encaminhar o desenvolvimento econômico tiveram ampla aceitação no Brasil, tanto entre os economistas quanto aos demais preocupados com o desenvolvimento brasileiro. Em depoimento a Lourdes Sola (SOLA,1998), p.138 Furtado afirmou, “A razão pela qual a CEPAL veio a ter tanta influência no Brasil é que já existia por aqui uma escola de pensamento [...] eis porque teve mais influência no Brasil do que em qualquer outro lugar. A abordagem da CEPAL casava-se perfeitamente com a tendência predominante no Brasil.”.

## **Conclusão**

Buscou-se acima fazer uma análise concisa das idéias de dois importantes brasileiros sobre o desenvolvimento nacional, e dos desafios que este processo apresentava no início da década de 1950, que de certa maneira orientavam suas respectivas concepções. Bulhões sempre se bateu pela estabilidade, pela

presença apenas complementar do Estado na atividade econômica e por um ritmo mais lento no processo de crescimento, justamente para não comprometer o equilíbrio monetário. Já Celso Furtado propõe o planejamento como central para o processo de expansão e diversificação econômicas, o que desde logo, sugeriria um papel decisivo para o Estado. Por certo há em Furtado uma concepção, do ponto de vista técnico e teórico, mais sofisticada do que em Bulhões, o que é compreensível quando se observa sua extensa obra sobre o desenvolvimento.

Assim, se Furtado é mais teórico, doutrinário em um certo sentido, Octávio Bulhões estaria mais preocupado com aquilo que se poderia chamar de “questões práticas”, mais conjunturais, mas nem por isto menos importante. As notas acima dão conta apenas parcialmente do debate Octávio Gouvêa de Bulhões e Celso Furtado e assim, possibilitam um aprofundamento posterior do embate das idéias destes dois importantes brasileiros

### **Bibliografia**

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- BULHÕES, O. G. Estudos sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 19-20, nov.-dez. 1953, pp. 3-11.
- BULHÕES, O. G.. Considerações adicionais sobre a programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 19-20, nov.-dez. 1953, pp. 16-19.
- FURTADO, C. A programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1, mar. 1953, pp. 11-15
- FURTADO, C. *A Fantasia Organizada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985
- SIMONSEN, M. H. A imaginação do economista. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v.60, p.50, n.11., novembro 2006.
- SOLA, L. *Idéias econômicas decisões políticas*. São Paulo, EDUSP, 1998.